

EDITORIAL

DOI: 10.22478/ufpb.2525-5584.2024v9n1.71236

Justiça de gênero é um elemento constituinte da democracia. Historicamente, as ondas de democratização contribuíram para avanços normativos e institucionais relacionados à agenda de Direito Humanos e aos direitos das mulheres. Tais avanços se deram como fruto das lutas e do ativismo dos movimentos de mulheres, que, por sua vez, contribuíram para o fortalecimento da democracia. Contudo, é evidente a continuidade das desigualdades. A equidade de gênero e o empoderamento feminino é um objetivo distante para 99% das mulheres e meninas, conforme pesquisa recente da ONU¹, limitando seu bem-estar, seu potencial e seu desenvolvimento. Além disso, na crise da democracia contemporânea marcada pelo avanço de líderes da extrema direita, destaca-se a ação conservadora anti-gênero que, em busca de controle sobre os corpos femininos, reprime movimentos feministas, fere os direitos das mulheres em ataques aos direitos sexuais e reprodutivos e, assim golpeia a democracia.

No contexto brasileiro, as mulheres continuam a sofrer com assédio e violência, com sobrecarga de trabalho doméstico não contabilizado, e com sub-representação em instituições, especialmente em posições mais elevadas. Tensões que estão refletidas na Universidades, onde apesar de alguns avanços, persistem disputas por espaço, limitações de acesso a recursos e episódios de assédio que evidenciam desigualdades (Baccarini, Minillo and Alves, 2019). O desafio também permeia os debates intelectuais. As leituras tradicionais da Política Internacional partem de perspectivas androcêntricas e racistas, urgindo o debate proposto pelo feminismo de analisar as desigualdades de gênero incrustadas nas teorias e práticas políticas. Collins já se perguntava: como fortalecer o pensamento feminista negro em uma academia dominada por homens brancos de elite?

¹ <https://news.un.org/pt/story/2023/07/1817692>

Seguimos perguntando pois são muitos os desafios. Foi pensando nessas questões que a Rede Latino-Americana de MulheRIS + MujeRIs foi constituída, conectando docentes e pesquisadoras da área de Gênero e Relações Internacionais. A maior união e articulação entre as mulheres representa uma possibilidade de transformação política e de mudanças sociais. Configura um processo complexo e não linear, que levanta questões como: É possível (e desejável) construir uma agenda global? Há possibilidade de consensos regionais? Como avançar na implementação de políticas de empoderamento e de combate à opressão? Como podem comunidades acadêmicas, situadas em sociedades generificadas, contribuir? A força dos movimentos de mulheres são fonte de respostas, inspiração, ânimo e de esperança para todas nós.

Como fruto da aproximação de pesquisadoras brasileiras e argentinas, os diálogos iniciais para a constituição de Rede começaram em 2019, por meio da interlocução dos grupos de mulheres internacionalistas no Brasil (MulheRIs) e na Argentina (MujeRIs). Em 2020, dias 17/09 e 24/09, realizamos o primeiro seminário virtual da Rede sobre Os Feminismos Latino-Americanos nas Relações Internacionais. O evento contou com a participação de 16 pesquisadoras e mais de mil visualizações nos dois dias de evento². O grande interesse nesse primeiro evento deu a dimensão da importância da Rede e impulsionou a constituição de um grupo de 25 docentes coordenadoras, majoritariamente do Brasil e da Argentina, mas incluindo também docentes sediadas no Uruguai, Colômbia, Equador e Chile. Foram definidas linhas de pesquisa iniciais centradas em 4 eixos dos debates de gênero nas RI:

- i) Feminismos latino-americanos, negros e indígenas;
- ii) Instituições e Sociedade;
- iii) Segurança Internacional; e
- iv) Sexualidades e Perspectivas LGBTQIA+.

Além disso, as coordenadoras passaram a discutir os objetivos da Rede. Isso ao longo de 2020/2021, em meio à pandemia da Covid-19, contexto marcado pelo aumento da desigualdade de gênero, o que reforçou ainda mais a importância desse trabalho.

Entre 2021 e 2022, as coordenadoras definiram os objetivos da Rede e um plano de trabalho inicial. Os objetivos colocados foram:

² https://www.youtube.com/live/Ddds21UB_YE?si=TgDIYx2RbEgRB7st.

- Reunir um grupo de mulheres pesquisadoras latino-americanas que produzam conhecimento na área de Gênero e Relações Internacionais, principalmente sobre a região latino-americana, mas também sobre o Sul Global;
- Discutir pesquisas realizadas na América Latina sobre feminismos/gênero na área de RI;
- Consolidar um espaço de debate estrelado por mulheres que trabalham na área de gênero e RI na América Latina;
- Fomentar as citações e o uso de publicações por autoras da América Latina em espaços de aula;
- Contribuir para a sistematização dessas análises e para a construção de uma perspectiva feminista/de gênero latino-americana, por meio de publicações organizadas pela Rede;
- Estimular a produção cruzada entre as participantes e seus grupos acadêmicos;
- Fomentar a realização de pesquisas conjuntas coordenadas pelas respectivas áreas temáticas;
- Estimular a produção de pesquisa e teoria desde a América Latina nas línguas da região;
- Pesquisar especialmente as realidades latino-americanas, por exemplo, mulheres indígenas e indigenismo, economias periféricas etc.;
- Desenvolver ações de incidência para visibilizar as diferentes barreiras e obstáculos que as mulheres vivenciam na carreira de pesquisa e ensino, assim como nas diversas instituições políticas;
- Compor pontos focais da Rede com representantes de todos os países latino-americanos; e
- Definir estratégias de comunicação para visibilizar os trabalhos da rede nacional e internacionalmente.

O plano de trabalho inicial se concentrou sobretudo em eventos e publicações. Os encontros e interlocução entre as pesquisadoras da Rede ocorreram, em 2022, em workshop realizado no encontro do World International Studies Committee (WISC) em Buenos Aires (em função ainda de transtornos relativos à pandemia, o evento acabou tendo que ocorrer virtualmente); e, em 2023, quando ocorreu o primeiro encontro presencial da Rede como pré-evento do encontro da Associação Brasileira de Relações

Internacionais (ABRI), cujo apoio foi fundamental para a continuidade e impulso dos trabalhos.

O outro eixo do plano de trabalho inicial se materializa agora com essa publicação que aqui se apresenta, organizada em torno do desejo de contribuir para discussões sobre feminismo e gênero nas relações internacionais, trazendo, especificamente, olhares latino-americanos. Buscávamos, com isso contribuir para um campo de estudos que insiste em chamar de nova abordagem a tradição feminista, que já tem mais de 3 décadas apenas no que poderíamos chamar de mainstream do campo do feminismo nas RI: o mundo anglo-saxônico. Os produtos de uma conferência que aconteceu na London School of Economics foram publicados em um dossiê da revista Millennium em 1988 sobre mulheres e RI. Desde então, sustentada em disputas sobre o que efetivamente constitui o campo e suas fronteiras disciplinares, cresceu a presença feminista (Sjoberg and Tickner, 2012). E quanto aos estudos que versam sobre temáticas feministas e de gênero originados de áreas periféricas? Como é mencionado no artigo de Maso et al, presente nessa edição, muitas das referências feministas latino-americanas que são conhecidas internacionalmente são mulheres latinas que escrevem a partir de contextos americanos – como María Lugones e Gloria Anzaldúa. Demonstra-se, assim, a importância de considerar o lugar de origem das teorias e pesquisas. Pode-se dizer como uma variação do lugar de fala, literalmente o lugar da escrita. Em um campo notadamente androcêntrico, eurocêntrico e literalmente predominantemente escrito a partir do ocidente, é urgente dar atenção à ação de feministas da América Latina.

Foi essa nossa motivação: contribuir para a construção e o conhecimento sobre perspectivas feministas latino-americanas de RI. Procuramos oferecer um espaço que estimule a publicação de internacionalistas latino-americanas e lhes dê visibilidade. Sendo assim, nossa chamada foi plural: para estudos a partir dos olhares de mulheres latino-americanas que discutem pesquisas em andamento na América Latina sobre gênero/feminismo nas RI ou que analisassem realidades de mulheres latino-americanas. Dentro do objetivo de trazer a periferia ao centro, chamamos atenção especial à interseccionalidade. Nosso objetivo logrou um dossiê diversificado, que contempla feminismos latino-americanos, marxistas, negros e indígenas, que versa sobre áreas de segurança, instituições, formas de se fazer pesquisa, o perfil das publicações latino-americanas, e o próprio ensino de Relações Internacionais no Brasil.

Os artigos que compõem o dossiê demonstram amplo escopo de abordagens teóricas, que demonstram a pluralidade e a riqueza dos feminismos. Enquanto alguns refletem uma abordagem liberal que enfoca na luta por direitos e inclusão, outros adotam uma visão marxista do feminismo e ainda há aqueles que se apoiam em feminismos decoloniais latino-americanos. Também demonstram uma rica pluralidade metodológica. Elemento importante, considerando a obscuridade metodológica que constitui o campo de RI do Brasil (Albuquerque, Mesquita and Lira Brito, 2022), e especialmente considerando como metodologias feministas são frequentemente criticadas de acordo com critérios positivistas (Barasuol and Zanella, 2023; Ackerly, Stern and True, 2006; Tickner, 1988). Tal pluralidade se expressa em artigos que apoiam-se tanto em abordagens quantitativas quanto qualitativas para subsidiar suas análises. Destaca-se, entre os trabalhos, a utilização do método de estudos de caso como ferramenta analítica para temas pouco aprofundados na área e que requerem maior descrição.

O ensejo de tratar do alcance de questões de gênero e demandas feministas que inspira este dossiê reflete-se em pesquisas que consideram seu alcance internacional. Em A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Mariana Baccarini et al examina como temas relevantes para as agendas feministas e a pauta de gênero foram incorporados nas Nações Unidas a partir do exame de documentos produzidos nas conferências internacionais sobre mulheres, e dos ODM e ODS. Valendo-se do recurso pedagógico às ondas feministas para salientar a diversidade de feminismos que caracteriza cada uma delas de acordo com os diferentes contextos, realizaram um levantamento de ideias e agendas feministas. A partir disso, elaboraram um codebook com as pautas identificadas, organizando-as de acordo com sua relação com direitos civis, políticos e sociais, assim como com a questão da interseccionalidade. O artigo explora como tais questões são tratadas nos diferentes documentos e ao longo do tempo, identificando estabilidades, variação, uso conectado de alguns conceitos, assim como a preferência por certos termos. O privilégio dado a princípios amplos em detrimento de direitos específicos, por exemplo, sinaliza limites à aplicação prática das agendas em prol do avanço da igualdade de gênero e da inclusão de mulheres.

Aplicando o feminismo à análise da política internacional, o artigo Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina de Recalcatti de Andrade traz a contribuição do feminismo marxista para

a discussão sobre a condição de marginalidade política e dependência econômica da América Latina, e da relação entre o patriarcado e a reprodução dessa dependência. Traçando as origens da abordagem marxista à questão do gênero, a autora lança luz a nomes que permaneceram obscurecidos durante muito tempo, inclusive entre adeptos das abordagens marxistas, algo que o artigo não deixa de mencionar como uma divisão entre o debate de gênero e a luta da classe trabalhadora. Alexandra Kollontai e Clara Zetkin foram pioneiras na luta por direitos sociais, políticos e sexuais para as mulheres, sendo ativistas revolucionárias destacadas, mas também formuladoras teóricas relevantes - valorizando inclusive a tradição marxista de vinculação entre teoria e práxis revolucionárias. Recalcatti de Andrade aponta também, no entanto, que não houve desenvolvimento teórico suficiente no campo das abordagens marxistas do tema do gênero e, particularmente, do debate sobre as questões de gênero na América Latina a partir da abordagem marxista. O desafio teórico que a autora se propõe a enfrentar foi justamente o de contribuir para o preenchimento dessa lacuna por meio da articulação entre as modernas análises de gênero e suas visões sobre o patriarcado como um sistema internacional que organiza as relações sociais e econômicas e a teoria marxista da dependência.

Gomes Passos et al também procuraram contribuir para esforços teóricos no campo com uma revisão da literatura sobre o conceito de interseccionalidade de raça, classe e gênero nos estudos feministas, analisando suas interfaces com algumas leituras feministas latino-americanas. A relevância de seu artigo justifica-se tendo em vista a importância desse conceito para a leitura histórica regional e seu significado na luta pela redução das desigualdades. Nesse sentido, as autoras abordam especialmente as visões de Lélia Gonzáles e sua análise sobre a questão racial no debate feminista; e Maria Lugones, que insere o debate de gênero no contexto das análises sobre a colonialidade e o sistema moderno-colonial de gênero.

A variedade de temas trazidos no dossiê é característica das produções feministas e sobre gênero na região, como foi salientado por Aparecida de Oliveira et al em seu artigo Gênero e Segurança Internacional na Perspectiva do Sul Global: uma análise das publicações no Brasil e na Colômbia. A partir de uma pesquisa bibliométrica focando nas principais revistas da área na região, as autoras oferecem um panorama dos temas abordados e das perspectivas teóricas adotadas em publicações em revistas brasileiras e colombianas que se situam na intersecção entre estudos feministas, de gênero e de

segurança desde o início do século. Elas demonstram o destaque dado a temas de violência de gênero, destacando sua ocorrência em contextos de conflitos característicos da região, como a guerra às drogas e questões de migração e de refúgio. Nota-se também o empenho em retratar mulheres como mais do que vítimas, participando em grupos armados, mas especialmente em operações e processos de reconstrução da paz. As autoras identificam, assim, a construção de um pensamento localizado, que reflete desafios que perpassam os países sul-americanos conscientes das conexões entre gênero, raça e classe. Além disso, denotam a adoção de perspectivas críticas intersectando feminismo e marxismo, pós-colonialismo, pós-estruturalismo além do perspectivismo do feminismo como ponto de vista. É digno de nota o achado do artigo de que o período de escrita da maior parte dos artigos identificados – a partir de 2017 – coincide com esse movimento de articulação entre mulheres parte da comunidade acadêmica de RI, demonstrando como o movimento vem avançando em várias frentes. Salienta-se, inclusive, como participantes do grupo MulheRIS contribuíram na autoria de artigos identificados no levantamento.

Pensar o que se produz nas RI nos chama a também questionar como se forma um profissional de RI? Quando se fala sobre a formação dos estudantes de Relações Internacionais, costuma haver um conjunto de temáticas que constituem o chamado “núcleo duro” da disciplina. Encontram-se aí tópicos como Teoria das RI, Economia Política Internacional e Segurança Internacional, entre outros. Porém, há diferentes temáticas que são vistas como associadas ao campo, sem fazerem parte específica dele, podendo estar presentes ou não no currículo dos cursos, a depender do perfil do profissional que cada instituição de ensino pretende formar. Assim, temas como Relações Étnico-raciais e Direitos Humanos, por exemplo, nem sempre estiveram presentes nos currículos de todos os cursos de RI. O mesmo se pode dizer sobre os estudos de gênero, objeto da análise do artigo Questionando Gênero no Ensino de Relações Internacionais: Uma Análise Curricular de Cursos de Graduação do Sul do Brasil, de Jungs de Almeida. Por meio do estudo do caso de três instituições públicas brasileiras, demonstra-se que, apesar de existência de uma perspectiva teórica feminista já bastante consolidada em RI, os debates propostos a partir desse viés ainda não chegaram ou chegaram muito escassamente ao âmbito do ensino superior brasileiro nesse campo. O trabalho em pauta se mostra relevante sob diferentes aspectos, mas destacamos a sua importância enquanto estudo de caso em um âmbito importantíssimo - o da organização curricular - para o qual traz uma rica contribuição metodológica. Ao problematizar a construção dos currículos

como resultados de disputas teóricas, políticas e institucionais, lança luz não apenas sobre o tema do gênero, mas sobre diferentes temáticas e abordagens consideradas dissidentes no campo das RI e sobre como os currículos são organizados com o objetivo de difundir as visões e perspectivas dominantes. Por fim, além da importante reflexão sobre o ensino de estudos e perspectivas de gênero em RI, Jungs de Almeida também suscita questionamentos e aponta para a necessidade de aprofundar a investigação sobre outros temas marginalizados.

O artigo *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia*, apresentado por Mattos Valdía é mais um trabalho que se ocupa da tarefa de alargar o alcance analítico e testar novas abordagens no contexto do pensamento feminista das relações internacionais. A autora mobiliza os conceitos de fabulação crítica - presente no feminismo negro - e de interrupção crítica - oriundo dos estudos sobre escravidão moderna - para discutir como os limites impostos pelo arquivo colonial das Relações Internacionais cerceou as possibilidades de formulação crítica acerca do modelo de distribuição do poder no cenário. Entendido como uma realidade que organiza socialmente o conhecimento considerado legítimo, mas também como metáfora daquilo que pode ser conhecido e estudado em uma sociedade e em um período histórico determinado, o arquivo colonial estabelece os limites epistemológicos e ontológicos para diferentes áreas do conhecimento. Uma barreira que no caso das RI vem sendo rompida muito lentamente e à custa de muitos esforços. Sendo uma área teoricamente concebida para lidar com o poder e com a sua manutenção, toda discussão que procure abordar a ausência de poder e o silenciamento dos desprovidos de poder ainda é problemática e essa é justamente a questão trazida por Mattos Valdía. Por meio da crítica do epistemicídio promovido pela seletividade do arquivo colonial, a autora avança com a utilização das literaturas negras, decoloniais e feministas como fonte para o debate dos diferentes modos de produção do conhecimento e da hierarquização que tratou de excluir particularmente, as mulheres negras. Trata-se de uma forma desafiadora de pensar o internacional, uma vez que o objeto de análise não está nos atores ou nas instituições, mas no processo de produção/reprodução de conhecimentos dominantes e na exclusão dos conhecimentos subalternizados.

Críticas à própria prática de produção de conhecimento racista e generificada também são desenvolvidas por Maso et al em *Descolonizar Futuros: Relações*

Internacionais, Feminismo e Política. As autoras oferecem uma rica revisão de literatura e contribuem para os debates sobre a descolonização feminista da política criticando a própria prática de produção de conhecimento racista e generificada. Salientam a importância do feminismo decolonial na América Latina para a produção de conhecimento em Relações Internacionais e alertam que em uma academia tradicionalmente eurocêntrica iniciativas feministas universalistas perpetuam as desigualdades. Uma academia que, para institucionalizar a moda de descolonização, encoraja incluir nos textos referências de feministas latino-americanas diluindo as críticas estruturais que elas propõem. Práticas que Cynthia Weber (2015) chamou de gentrificação das ideias ao tratar da ênfase em gênero em lugar de feminismo que observou no campo das RI. Dinâmicas que também são visíveis em políticas internacionais como a promoção da igualdade de gênero pelas Nações Unidas, que reafirma um feminismo liberal como a solução das demandas feministas. Rejeitando limitar-se a buscar inclusão como projeto político, o artigo oferece ao dossiê uma reflexão sobre a descolonização do conhecimento com o ímpeto de gerar mudanças nas formas de praticar política e de imaginar futuros. Para tal, destaca o conceito do corpo-território e a importância de alianças estratégicas entre pesquisadoras e ativistas, convocando as leitoras a engajarem as teorias que se fazem presentes nas ruas em práticas políticas do dia a dia, e no corpo-a-corpo.

Complementando os artigos, o dossiê traz uma entrevista e uma resenha de livro. A entrevista, feita por Aline Contti Castro com Fany Kuyru Castro, Presidenta da Confederação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) é um exemplo das práticas às quais Maso et al? nos convocam. Fany nos conta sobre sua trajetória como ativista, há tempos denunciando o extrativismo na Amazônia apesar da perseguição e criminalização que isso gera às lideranças indígenas. Os desafios que enfrenta na promoção da articulação regional incluem, além de fortalecer a COICA, torná-la autônoma, mais inclusiva e representativa, e superar disputas internas. Fany salienta o aspecto generificado de tais desafios, pois a disputa entre homens promoveu divisões na organização e são as mulheres quem tem lutado para superar a desunião. A líder enfatiza a importância do coletivismo e da solidariedade para se atingir o bem viver coletivo para todos, não o de um grupo em detrimento de outros. A entrevista nos leva do internacional ao pessoal, e Fany também compartilha um pouco de sua história e seu apreço por trabalhar com mulheres para que estas desfrutem dos seus direitos.

Encerramos o conjunto com a resenha de Villarreal Villamar, que oferece uma síntese do livro *The Elgar Companion to Gender and Global Migration: Beyond Western Research*. A autora nos apresenta um livro que aborda, de forma ampla, diversos estudos sobre Gênero e Migração Global, com maior foco em análises não ocidentais. O livro apresenta uma visão panorâmica e trata dos grandes debates nesse campo, como mobilidade feminina, interseccionalidade, políticas migratórias, debates sobre desenvolvimento, entre outros, além de abordar desafios da pesquisa na área e agendas futuras de trabalho. O tema é fundamental na contemporaneidade, e a resenha oferece uma contribuição destacando os pontos centrais da obra e os grandes temas tratados em cada um dos capítulos, que se dividem em uma seção sobre o estado da arte (“background”) e outras que analisam as regiões da América Latina, Ásia, África, Mediterrâneo e Europa.

Boa leitura!

Xaman Korai Minillo; Mojana Vargas e Aline Conti

Referências

ACKERLY, Brooke e STERN, Maria e TRUE, Jacqui. *Feminist Methodologies for International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

ALBUQUERQUE, Rodrigo Barros De e MESQUITA, Rafael e LIRA BRITO, Renato Victor. Obscuridade metodológica: um mapeamento da formação em métodos na pós-graduação em Relações Internacionais e áreas afins no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 39, p. 1–25, 2022.

BACCARINI, Mariana Pimenta Oliveira e MINILLO, Xaman Korai e ALVES, Elia Elisa Cia. *Gender Issues in the Ivory Tower of Brazilian IR*. [S.l.: s.n.], 2019. v. 41.

BARASUOL, Fernanda e ZANELLA, Cristine Koehler. *Feminismo e Relações Internacionais: um mundo, muitos feminismos*. *Feminismo, Gênero e Relações Internacionais*. São Paulo: Fino Traço, 2023. p. 23–46.

SJOBERG, Laura e TICKNER, J. Ann. *Feminist Perspectives on International Relations*. CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. (Org.). *Handbook of International Relations*. 2nd ed. ed. London: Sage, 2012. p. 170–194.

TICKNER, J. Ann. *Hans Morgenthau's Principles of Political Realism: a Feminist Reformulation*. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 17, n. 3, p. 429–440, 1988.

WEBER, Cynthia. *Why is there no Queer International Theory?* *European Journal of International Relations*, v. 21, n. 1, p. 27–51, 2015.